



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

SESSÃO DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2014.

Nº ÚNICO: 0000003-14.2014.8.10.0000

HABEAS CORPUS Nº 000003/2014 – MONÇÃO (MA)

PACIENTE : Marcone Coelho da Silva
IMPETRANTE : Henrique de Oliveira Latterza
INCIDÊNCIA PENAL : Art. 33, da Lei nº 11.343/06
IMPETRADO : Juízo de Direito da Vara Única da comarca de Monção
RELATOR : Desembargador José Luiz Oliveira de Almeida

ACÓRDÃO Nº

EMENTA. HABEAS CORPUS. CRIME DE TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. NULIDADE ABSOLUTA EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE LAUDO TOXICOLÓGICO. INOCORRÊNCIA. EXCESSO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DO INQUÉRITO POLICIAL. PREJUDICIALIDADE. CONVERSÃO DA PRISÃO EM FLAGRANTE EM PREVENTIVA, DE OFÍCIO. VALIDADE. FUNDAMENTAÇÃO INSUBSISTENTE DO DECRETO PRISIONAL. IMPROCEDÊNCIA. CONDIÇÕES FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DENEGADA.

1. Comprovada a materialidade delitiva pelo auto de apreensão, a ausência do laudo de constatação provisório da substância entorpecente não tem o condão de nulificar o processo, podendo ser juntado até a fase instrutória.

2. Mostra-se prejudicada a alegação de excesso de prazo para a conclusão do inquérito policial se, recebida a denúncia, a ação penal já se encontra com audiência de instrução e julgamento designada.

José Luiz de Oliveira Almeida
Desembargador



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

3. O juízo processante, ao receber o auto de prisão em flagrante, verificando sua legalidade e inviabilidade de substituição por medida diversa, deverá convertê-la em preventiva, quando reconhecer a existência dos requisitos preconizados nos arts. 312 e 313, do CPP, independente de representação ou requerimento. Precedentes do STJ.

4. Não há o que se falar em constrangimento ilegal quando a segregação provisória encontra-se suficientemente comprovada nos autos, como forma de garantir a ordem pública, presentes os demais pressupostos legais autorizadores do ergástulo cautelar.

5. Inobstante a prisão preventiva materialize a *ultima ratio* do sistema processual penal, a gravidade da conduta e as peculiaridades do caso concreto podem justificar sua imposição de plano, em detrimento de outras medidas cautelares diversas (art. 319, do CPP), tendo em vista o princípio da proporcionalidade, em seu enfoque proibitivo da proteção estatal deficiente. Doutrina.

6. Descabe, na estreita via do *writ*, proceder ao aprofundado exame de fatos e provas para se analisar o argumento de que a droga apreendida destinava-se a consumo próprio.

7. Condições pessoais favoráveis não têm, por si só, o condão de garantir a revogação da prisão preventiva, se há nos autos elementos suficientes a demonstrar a necessidade da custódia antecipada.

8. *Habeas corpus* denegado.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

ACÓRDÃO – Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Senhores Desembargadores da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, por unanimidade e em desacordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, denegar a ordem, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Participaram do julgamento os Senhores Desembargadores José Luiz Oliveira de Almeida (Presidente), José Bernardo Silva Rodrigues e Vicente de Paula Gomes de Castro. Presente pela Procuradoria Geral de Justiça o Dr. César Queiroz Ribeiro.

São Luís (MA), 20 de fevereiro de 2014.

DESEMBARGADOR José Luiz Oliveira de Almeida

PRESIDENTE/RELATOR

José Luiz de Oliveira Almeida
Desembargador



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

HABEAS CORPUS Nº 0003/2014 - MONÇÃO (MA)

RELATÓRIO – O Sr. Desembargador José Luiz Oliveira de Almeida

(relator): Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar, contra ato do juízo de direito da Vara Única da comarca de Monção/MA, impetrado pelo advogado Henrique de Oliveira Latterza em favor de Marcone Coelho da Silva.

Extraio da inicial de fls. 02/31, em suma, que:

I – o paciente encontra-se preso desde o dia 25 de novembro do corrente ano, pela suposta prática do crime previsto no art. 33, da Lei 11.343/06, após ser flagrado portando “[...] **05 papелotes assemelhados a maconha; 04 trouchinhas assemelhada a crack e 02 pedaços de sacos plásticos contendo substância assemelhada a cocaína [...]**” (sic);

II – há nos autos nulidade absoluta, vez que não existe até o momento da impetração do *writ*, laudo específico ou laudo prévio da quantidade do material apreendido;

III – o inquérito policial ainda não fora concluído, **“impossibilitando assim o encerramento da fase preliminar e dando finalmente início à ação penal com o advento da denúncia”**;

IV – “[...] **a prisão em flagrante foi convertida em prisão preventiva, fundamentada unicamente na garantia da ordem pública, sem, contudo, definir que garantia seria essa a justificar tão austera medida [...]**”;

V – a magistrada de base, ao analisar o pleito de revogação da prisão preventiva entendeu possível a **“decretação de prisão em flagrante em preventiva”** (sic) sem o requerimento do titular da ação penal, fundamentando-se no aspecto de que o parecer ministerial não é vinculativo;



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

VI – pelas circunstâncias em que o paciente foi abordado, juntamente com outras pessoas, e pela quantidade de substância entorpecente apreendida, conclui-se que a droga destinava-se a consumo próprio; e

VII – o paciente é primário, portador de bons antecedentes e, uma vez solto, não põe em risco a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, sendo que, desde já, compromete-se a comparecer em juízo quando chamado.

Com fulcro nesses argumentos, requer a concessão da ordem, com a imediata expedição do alvará de soltura em favor do paciente a fim de que seja posto em liberdade.

Instruiu a inicial com os documentos de fls. 32/67.

Às fls. 78/80, proferi decisão indeferindo o pleito de liminar, ocasião em que solicitei informações da autoridade apontada como coatora, as quais foram acostadas às fls. 82/83.

Com vista dos autos, a Procuradoria Geral de Justiça requereu informações mais minuciosas e precisas acerca de todas as questões apontadas na inicial, ou que fosse enviada cópia integral e legível da respectiva ação penal (fls. 86).

Às fls. 89/103, o impetrante reiterou o pedido de liminar, pleito este que fora negado, nos termos da decisão de fls. 105/107.

Cópia integral da ação penal originária, acostada às fls. 109/311.

Parecer da lavra da Procuradora de Justiça Lígia Maria da Silva Cavalcanti, às fls. 314/318, no qual se manifesta pela concessão da ordem, por entender demonstrada a coação ilegal descrita no art. 648, I, do CPP, “**considerando que o caso em tela afigura-se hipótese de segregação desmotivada, configurando, portanto, constrangimento ilegal**”.

É o relatório.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

Voto – O Sr. Desembargador José Luiz Oliveira de Almeida

(relator): Verificada a presença dos pressupostos de admissibilidade, conheço da ação de *habeas corpus* em tela.

Consoante anotado, o presente *writ* fora impetrado em favor de Marcone Coelho da Silva, preso preventivamente pela prática, em tese, do crime de tráfico, cuja ação penal tramita na comarca de Monção/MA.

Os argumentos sustentados na inicial da impetração podem ser sintetizados da forma que segue:

I – nulidade absoluta diante da inexistência de laudo específico ou prévio que constate a quantidade do material apreendido;

II – excesso de prazo, tendo em vista a inconclusão do Inquérito Policial;

III – decretação, de ofício, da prisão preventiva, na fase pré-processual;

IV – ausência de fundamentação da decisão que manteve a custódia cautelar do paciente; e

V – o paciente, além de usuário de drogas, é réu primário e portador de bons antecedentes.

Analiso, doravante, cada um dos pontos contra os quais se insurge o impetrante.

1. Do laudo de constatação

No que se refere à alegação de nulidade absoluta, reputo improcedente, pelos motivos que passo a aduzir.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

Primeiramente, verifico entre os documentos que instruem a exordial a presença do auto de apresentação e apreensão da droga encontrada em poder do paciente (fls. 44), descrita como: **“05 papелotes envoltos em papel alumínio de substância vegetal prensada semelhante à conhecida como maconha; 04 trouxinhas envoltas em material plástico contendo substância sólida amarelada semelhante à conhecida como crack e 02 pedaços de saco plástico contendo em seu interior substância em forma de pó, semelhante à conhecida como cocaína”**.

O auto de apreensão, embora não possa ser equiparado ao laudo de constatação, haja vista a confecção deste por perito ou pessoa idônea, revela-se suficiente, a meu ver, para comprovar a materialidade delitiva.

Assim, a ausência de laudo de constatação provisória da substância entorpecente não nulifica o auto de prisão em flagrante ou o processo, devendo, no entanto, ser juntado aos autos até a fase instrutória.

Importa consignar que, para melhor exame da liminar pleiteada em outro *habeas corpus* impetrado em favor deste paciente (HC nº 0049752014), solicitei o envio do referido laudo de constatação pela autoridade impetrada, o qual, desde já, determino seja anexado aos presentes autos.

Desse modo, embora não tenha sido juntado aos autos do inquérito policial até o momento da impetração do *writ*, o laudo provisório foi elaborado no dia 25/11/2013, ou seja, no mesmo dia da prisão em flagrante do paciente, e atestou a natureza entorpecente da substância apreendida.

Ademais, conforme bem observado pela Procuradoria Geral de Justiça em seu parecer, nesta fase, a ausência do laudo toxicológico que comprova definitivamente a materialidade delitiva não tem o condão de macular a segregação do paciente.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

Por esse motivo, a jurisprudência reconhece como válida a juntada tardia do laudo definitivo, inclusive, embora não recomendado, após a audiência de instrução, ou, até mesmo, após a prolação da sentença, quando confirma o que já fora comprovado pelos peritos no auto de constatação.

Em recente julgado, já decidiu a 5ª Turma do STJ:

Em que pese a materialidade delitiva do crime previsto no artigo 33 da Lei 11.343/2006 ser comprovada apenas com o laudo toxicológico definitivo, não há óbices, quer na própria Lei de Drogas, quer na legislação processual penal existente, a que a referida perícia seja juntada aos autos após as alegações finais. Precedentes do STJ e do STF.¹

No mesmo sentido, confira-se o seguinte precedente:

CRIMINAL. RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. PRESCRIÇÃO NÃO CONFIGURADA. LAUDO TOXICOLÓGICO DEFINITIVO ACOSTADO AOS AUTOS APÓS A PROLAÇÃO DA SENTENÇA. NULIDADE NÃO VERIFICADA. RECURSO DESPROVIDO.

I. [...]

II. A jurisprudência desta Turma consolidou-se no sentido de que a juntada do laudo toxicológico definitivo após a prolação da sentença não caracteriza nulidade absoluta do feito, máxime quando o exame preliminar, posteriormente ratificado pelo laudo definitivo, atestar a natureza entorpecente da substância apreendida (Precedente).

III. Recurso desprovido.²

Desse modo, não há que se falar em nulidade absoluta em decorrência da ausência de laudo específico que comprove a quantidade exata da substância entorpecente apreendida.

2. Do excesso de prazo

¹ STJ, HC 214.190/BA, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 28/05/2013, DJe 11/06/2013.

² STJ, REsp 1237332/AM, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 07/08/2012, DJe 14/08/2012.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

A alegação de excesso de prazo para a conclusão do inquérito policial ou para o oferecimento da denúncia encontra-se superada tendo em vista que, segundo o relatório processual anexado aos autos pela PGJ (fls. 319/325), a juíza de primeiro grau designou a audiência de instrução e julgamento para o dia 21/02/2014.

3. Da decretação da prisão preventiva sem requerimento do MP

De acordo com o impetrante, a interpretação coordenada dos artigos 282, § 2º³ e 311⁴, do CPP, indica uma vedação à decretação da prisão preventiva antes de iniciada a ação penal.

Inobstante os argumentos defensivos, deles não comungo, uma vez que a decisão questionada na presente ação refere-se à conversão da prisão em flagrante em preventiva, com fulcro no art. 310, II, do CPP, segundo o qual:

Art. 310. Ao receber o auto de prisão em flagrante, o juiz deverá fundamentadamente:
I - relaxar a prisão ilegal; ou
II - converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos constantes do art. 312 deste Código, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão;
ou
III - conceder liberdade provisória, com ou sem fiança.
(sem destaques no original)

Portanto, ao contrário do que aduz o impetrante, o decreto preventivo mostra-se legítimo, pois se enquadra na previsão legal do dispositivo supramencionado, o qual autoriza o juiz, verificada a legalidade da prisão em flagrante,

³ Art. 282 [...]

^{2º} As medidas cautelares serão decretadas pelo juiz, de ofício ou a requerimento das partes ou, quando no curso da investigação criminal, por representação da autoridade policial ou mediante requerimento do Ministério Público.

⁴ Art. 311. Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, se no curso da ação penal, ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

convertê-la em preventiva, caso se mostre inviável a aplicação de medida diversa, exatamente o que fez a magistrada *a quo*, conforme se vê às fls. 49/52.

4. Da decisão que mantém o ergástulo cautelar do paciente

Sustenta o impetrante, ainda, ausência de fundamentação legal para a manutenção da prisão preventiva do paciente.

A decisão ora objurgada está assim redigida, no excerto que interessa ao deslinde da questão (fls. 54/57):

[...] Examinando detidamente os autos, verifico que a defesa não juntou elementos novos que descaracterizassem a manutenção da prisão ora debatida, posto que, somente bons antecedentes, residência fixa e emprego lícito, não garantem ao acusado o benefício de responder ao processo em liberdade.

[...] Assim, verifico presentes os requisitos autorizadores para a manutenção da prisão preventiva (art. 312 CPP), haja vista a suposta conduta praticada pelo acusado, a saber, o comércio de drogas, mesmo tendo o mesmo negado a prática delitiva que lhe é imputada.

Quanto à materialidade, o auto de apresentação e apreensão (fls. 12) demonstra de forma cristalina que com o acusado foram localizados 05 (cinco) papелotes contendo substância vegetal semelhante à maconha; 04 trouxinhas contendo substância sólida amarelada semelhante a crack; 02 (dois) papелotes contendo substância semelhante à cocaína, em forma de pó; e outros bens [...]

Quanto à autoria, os depoimentos colhidos neste procedimento são suficientemente idôneos, demonstrando que o ora acusado é, supostamente, efetivamente, o autor da conduta antijurídica.

Cumprе destacar que a circunstância da prisão, a diversidade de drogas e a forma de acondicionamento afastam a hipótese de que se destinavam unicamente ao consumo próprio, alegação utilizada pelo conduzido para a desclassificação da conduta.

[...] Ainda, quanto ao argumento de que o acusado é mero usuário, forçoso ressaltar que todo custodiado de tráfico de entorpecentes rapidamente argumenta ser usuário, buscando desesperadamente desclassificar a

José Luiz de Oliveira Almeida
Desembargador



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

conduta antijurídica que lhe está sendo imputada, contudo **tal conduta só
ficará demonstrada no decorrer da instrução processual.**

[...] Vale ressaltar que em municípios pequenos do interior, especialmente nesta cidade de Monção/MA, é crescente o uso e o tráfico de drogas, que desestabilizam as famílias e destroem a sociedade, exigindo-se uma dura atuação do Estado-juiz.

Outrossim, em nome da exigência de defesa social e eficiência do processo, é recomendável a manutenção da prisão preventiva do conduzido, para que o abuso no exercício das garantias individuais não venha acarretar prejuízo a sociedade e ao regular desenvolvimento do feito.

Assim, seria ineficaz a adoção de qualquer medida cautelar disposta no art.

319 do Código de Processo Penal, sendo necessária a manutenção da prisão cautelar pela imprescindibilidade de evitar a reiteração da prática delitiva, e a bem da garantia da ordem pública (art. 312 CPP).

DO EXPOSTO, com base na fundamentação acima expendida e de acordo com o parecer do Ministério Público, INDEFIRO o pedido formulado pelo conduzido MARCONE COELHO DA SILVA e mantenho a sua prisão PREVENTIVA, tendo em vista que subsistem os seus motivos autorizadores, ou seja, pela imprescindibilidade de evitar a reiteração da prática delitiva, e a bem da garantia da ordem pública. [...]

(destaques no original)

Pois bem.

A ilustre Procuradora de Justiça Lígia Maria da Silva Cavalcanti, em seu substancial parecer, opina pela concessão da ordem, acolhendo o argumento da impetração acerca ausência de motivação da decisão que mantém o ergástulo cautelar do paciente.

Entendo, contudo, que a juíza singular demonstrou, em sua decisão, a real necessidade de manutenção do decreto prisional, como forma de garantir a ordem pública, evitando a reiteração criminosa.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

Com efeito, consta nos autos que o paciente já foi preso anteriormente pelo crime de tráfico de drogas (fls. 49)⁵, o que representa um indicativo de reiterada traficância ilícita de entorpecentes.

Considero relevante, ademais, a alusão feita pela magistrada acerca da realidade do tráfico de drogas em cidades pequenas do interior do Estado, como é o caso de Monção.

A quantidade e diversidade da droga apreendida (7 papélotes e 4 trouxinhas de substâncias semelhantes à maconha, *crack* e cocaína), embora possa aparentar situação de pequena traficância em cidades grandes, mostra-se significativa em localidades pequenas.

Assim, em pequenas sociedades os efeitos deletérios da disseminação das drogas é, de fato, maior, revelando-se como elemento de altíssima desagregação social.

Situação deste jaez evidencia, a meu sentir, a periculosidade do traficante, e a acentuada gravidade em sua conduta, ambos concretamente aferidos pela quantidade e diversidade da droga, o que autoriza a manutenção de sua prisão provisória.

Nesse com texto, anoto, ainda, que, inobstante o juízo apontado coator não tenha justificado, satisfatoriamente, a insuficiência das medidas cautelares diversas da prisão, a gravidade da conduta atribuída ao paciente não se coaduna com os respectivos requisitos (necessidade e adequação).

Embora a Lei nº 12.403/11 tenha acentuado o caráter de *ultima ratio* da prisão preventiva, não se pode perder de vista que o princípio da proporcionalidade também visa tutelar a sociedade, sob o enfoque da proibição da

⁵ De acordo com o sistema *JurisConsult*, o paciente responde à ação penal nº 605/2010, também em trâmite na comarca de monção/MA.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

proteção deficiente, significando que o cárcere, no contexto das medidas cautelares, muito embora materialize o mais violento meio de coerção estatal, ainda se mostra necessário, em determinados casos. Nesse norte acentua a doutrina:

“[...] O princípio da proporcionalidade tem por objeto não apenas evitar cargas coativas excessivas na esfera jurídica dos particulares (proibição de excesso), mas também exigir dos órgãos estatais o dever de tutelar de forma adequada determinados direitos consagrados na Constituição (proibição de insuficiência).
A proibição de insuficiência (*Untermassverbo*) impõe ao Estado a adoção de medidas adequadas e suficientes para garantir a proteção dos direitos fundamentais, ainda que nem sempre seja simples estabelecer os termos exatos desta proteção. [...]”⁶

Com isso, quero dizer que, no caso concreto, diante do quadro fático delineado na decisão objurgada no *writ*, a prisão preventiva, para mim, evidencia-se como o único meio idôneo de acautelamento do tecido social, mostrando-se, ainda, necessária sua manutenção, pois as medidas previstas no art. 319, do CPP, parecem inócuas para assegurar a incolumidade pública.

No que concerne à alegação de que a substância ilícita apreendida destinava-se ao consumo, registro apenas que sua análise demandaria revolvimento de matéria fático-probatória, atividade incompatível com a estreita via do *habeas corpus*, que é ação constitucional de rito célere e de cognição sumária⁷.

Por derradeiro, consigno que as condições favoráveis citadas na inicial não são suficientes ao afastamento do acautelamento preventivo quando a prisão mostra-se necessária e for justificada pelo juízo competente para a sua decretação⁸, como na espécie.

⁶ NOVELINO, Marcelo. **Direito constitucional**. 5. Ed. Método, 2011, p.198.

⁷ STJ, HC 234.389/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 11/06/2013, DJe 21/06/2013).

⁸ STF, HC 106773 AgR, Relator(a): Min. JOAQUIM BARBOSA, Segunda Turma, julgado em 08/02/2011.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

Com essas considerações, denego a ordem de *habeas corpus*, em discordância com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça.

É como voto.

Sala das Sessões da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão, em São Luís, em 20 de fevereiro de 2014.

DESEMBARGADOR José Luiz Oliveira de Almeida

RELATOR